

## O agir comunicativo e a gramática do sujeito pronominal: o reconhecimento intersubjetivo equitativo

The communicative action and grammar of the subject pronominal: the equitable intersubjective recognizing

### RESUMO

A teoria do agir comunicativo supõe o reconhecimento de todos os concernidos. Na relação intersubjetiva, esse reconhecimento admite os demais como sujeitos coautores. O emprego dos pronomes pessoais é fundamental. A gramática do sujeito pronominal requer uma equidade entre todos os sujeitos atores, na voz ativa. Às vezes, o uso do pronome pessoal na terceira pessoa pode indicar um sujeito indesejável ou antissocial, aspecto que elimina a equidade entre todos os pronomes pessoais. Este artigo pretende reforçar o reconhecimento intersubjetivo entre sujeitos coautores, aspecto presente na obra de Habermas, principalmente quando se trata da teoria do agir comunicativo. Ao insistir na comunidade de comunicação, a consideração dos sujeitos pronominais não pode adjetivar qualquer pronome a *ninguém*. A questão central é o reconhecimento intersubjetivo dos sujeitos em uma comunidade de comunicação, superando, assim, o aspecto monológico da filosofia da consciência ou a artificialidade de uma comunicação sem sujeitos.

**Palavras-chave:** Agir comunicativo. Gramática pronominal. Sujeito coautor.

### ABSTRACT

The theory of communicative action presumes the recognition of all of the concerned. In the inter-subjective relations, it recognition receive all of the subjects as coauthors. The use of the pronominal persons is fundamental. The grammar of pronominal subject requires the equity between all personal pronouns. This article intends reinforce the inter-subjective recognition between coauthors subjects. It is an aspect inherent of the Habermas' theory. It is especially important in the theory of communicative action. When he insists about the community of communication,

\* Professor da UFPel.

\*\* Professor da UFSC.

he emphasizes that none subject can be considered as a *no one*. The central case of the inter-subjective recognize of all subjects in the community of communication. By this, it can be possible overcome the philosophy of conscientiousness, and the sophistication of a communication without subjects.

**Keywords:** Communicative action. Pronominal grammar. Subject coauthors.

## Introdução

O texto tem como foco a gramática do sujeito pronominal no horizonte da teoria do agir comunicativo. A utilização da unidade lexical “gramática” já é parte do glossário filosófico. Ele não se limita apenas ao aspecto sintático das regras gramaticais e à prática específica de um idioma. Atualmente, a linguagem filosófica apresenta uma listagem de autores que combinam o emprego do vocábulo com a proposta teórico-prática, como é o caso, por exemplo, de Jean-Marc Ferry, com as “gramáticas da compreensão” (2004), Axel Honneth (2007) e a “gramática moral do conflito” e, ainda, Rainer Forst, com a “gramática da justiça” (2015).

O artigo se volta às condições inerentes ao emprego de todos os pronomes pessoais. Em outras palavras, trata-se de ver como é possível assegurar a equidade, tanto no “uso” como em reconhecer o “nivelamento harmonioso”, de forma que os pronomes pessoais façam parte da comunidade de comunicação. O uso dos pronomes pessoais evidencia um papel a cada um deles. Deste modo, haveria uma espécie de equidade frente a todos os pronomes pessoais, sem qualquer discriminação e/ou a possibilidade de classificar alguém como um sujeito indesejável.

Essa questão é concernente a possibilidade do reconhecimento intersubjetivo. Então, se todos os sujeitos têm voz ativa, eles são coautores na reconstrução do consenso e, além disso, na conformação de uma teoria da justiça equitativa. No entanto, às vezes, é possível notar que a utilização da terceira pessoa (singular ou plural) pode indicar um sujeito não presente, indesejado e molestante; enfim, um sujeito na voz passiva, de forma a alienar o reconhecimento, atitude que obstrui o *status* enquanto sujeito coautor e, portanto, há a negação de sua condição de participante na voz ativa e/ou enquanto um sujeito concernido.

O desenvolvimento do tema se divide em quatro em partes. O primeiro aspecto tem como objetivo salientar o reconhecimento recíproco, horizonte no qual os sujeitos coautores não só compartilham experiências, mas interagem e fazem “uso dos pronomes pessoais”, um tema bastante familiar para a teoria do agir comunicativo (1). O segundo ponto pretende mostrar os vínculos entre a gramática pronominal desse uso e a questão do reconhecimento em uma comunidade de sujeitos pronominais (2). Em terceiro lugar, gostaria de apresentar os efeitos nocivos do uso do pronome pessoal da terceira pessoa (singular e plural), aspecto concernente às políticas de reconhecimento e aos efeitos de uma linguagem artificial (3). Por fim, no quarto ponto, destaco algumas considerações finais, como indicativos de aprofundamento.

## O ambiente do reconhecimento recíproco: a coautoria compartilhada

O reconhecimento recíproco exige um processo de interação, no qual todos os são coautores. À primeira vista, isso parece óbvio, pois a teoria do agir comunicativo supõe que todos os concernidos sejam reconhecidos como participantes coautores. A teoria do agir comunicativo presume a participação de todos os concernidos, de modo que a validade dos princípios devem encontrar justificativas na universalidade de suas pretensões. De acordo com Habermas, trata-se, pois, de uma teoria voltada a “coordenar ações” de forma que todos os envolvidos possam contribuir “para que se construam interações” (2012, I, p. 485).

Nesse sentido, “é preciso comprovar pretensões de validade e referências de mundo” (HABERMAS, 2012, I, p. 483). Ou seja, as interações intersubjetivas pressupõem um aspecto procedimental, metodologia que possibilita o entendimento a respeito das dissensões, ao tempo que as enunciações indiquem uma referência ao mundo da vida. Como é possível perceber, não há como separar princípios da referência ao mundo da vida. Deste modo, as circunstancialidades da experiência concreta resguardam seu lugar na constituição da teoria do agir comunicativo.

Essa vinculação faz parte do próprio arcabouço habermasiano, quando diz que a “minha proposta” (2012, I, p. 484), não contrapõe o aspecto ilocucionário da fala com as pretensões de validade. O ato de fala supõe uma referência à circunstancialidade presente na vida cotidiana. Assim, o uso da linguagem expressa uma situação concreta, isto é, vivencial. Por isso, a teoria do agir comunicativo “depende dos contextos situativos que, por sua parte, representam recortes do mundo da vida concernentes aos participantes da interação.” (HABERMAS, 2012, I, p. 485).

O foco é a interrelação entre os sujeitos coautores e o uso dos pronomes pessoais na interação. Essa preocupação já aparece no texto *Trabalho e interação. Notas sobre a filosofia hegeliana do período de Jena*. Nele, Habermas já menciona a “luta por reconhecimento” no horizonte de uma “situação de diálogo” e dos perigos “de uma comunicação distorcida pela violência” (1997, p. 19). Os contornos de uma inter-relação, desfigurada pela violência, situa os sujeitos “de costas” uns aos outros (HABERMAS, 1997, p. 20). De acordo com Habermas, “o jovem Hegel” entendia que esse estranhamento (ou distanciamento) do outro era fruto “de uma causalidade do destino” (1997, p. 20).

Nesse sentido, a luta por reconhecimento se separa do contexto dos fatos, cuja atitude dos sujeitos, uns frentes aos outros, se transforma no esforço pela sobrevivência, isto é, em “luta por vida ou morte” (HABERMAS, 1997, p. 21). Esse “menosprezo entre as partes” é inerente à “consciência prática”, isto é, ao “contexto de interação” (HABERMAS, 1997, p. 23), cuja noção de sujeito pronominal permanece na pura e absoluta abstração. Essa espécie de distanciamento – ou melhor, de desgarramento – também ocorre em Kant (HABERMAS, 1997, p. 22), dando ênfase a uma perspectiva monológica do agir (HABERMAS, 1997, p. 24).

Sem entrar em mais detalhes, a questão, de uma “consciência astuta” (HABERMAS, 1997, p. 30) e ao condicionamento dos “imperativos condicionados” (HABERMAS, 1997, p. 31), remete ao problema da identidade e da alteridade. Nas palavras de Habermas:

Kant parte da identidade do eu como o de uma unidade originária da consciência transcendental. Hegel, pelo contrário, vê-se conduzido por sua experiência fundamental do eu como identidade do universal e do particular, de modo que a identidade da autoconsciência não pode ser entendida como algo originário, mas apenas como algo derivado. (HABERMAS, 1997, p. 33).

Para o agir comunicativo, não há motivos para uma perspectiva transcendental e, muito menos, uma autoconsciência associada ao binômio universal *versus* particular. Por isso, a noção de reconhecimento recíproco, entre os sujeitos coautores, ocorre no horizonte de uma "experiência compartilhada" (FERRY, 1991, p. 163). Ou seja, a intersubjetividade comunicativa condiz com uma experiência compartilhada entre sujeitos coautores.

Essa coautoria indica um processo interativo, no qual todos os sujeitos são reconhecidos como participantes, ou seja, é assegurado, a cada um, o status de sujeito aortal. Ou seja, "a ideia da comunicação remete a uma coparticipação" (FERRY, 1991, p. 169). Trata-se da participação na construção de algo comum a todos, embora cada sujeito seja uma particularidade em separado. Não há, pois, nenhuma forma de delegação ou mandato externo ou apriorístico. Para Ferry, o reconhecimento recíproco salienta a ideia de que o "sujeito é entendido como autopossuidor de si. Assim, o eu apenas pode ser reconhecido como indivíduo, isto é, enquanto pessoa. Esse fato não é garantia que essa pessoa seja um sujeito privado." (FERRY, 1991, p. 169). Isso significa que o sujeito não é prisioneiro de uma autoconsciência transcendental ou da simples identidade com o universal, mas um sujeito que compartilha de uma experiência de vida com outros sujeitos.

Daí, então, a conformação da identidade dos sujeitos coautores. Tal perspectiva aponta para um "centro gravitacional": a experiência compartilhada em uma comunidade de comunicação. O aspecto chave é a interação comunicativa, de forma a considerar todos os sujeitos como autores-participantes. No caso, a experiência interativa não segue o modelo do discurso religioso, no qual há uma espécie de liderança ou a imposição dos dogmas. A tradição religiosa se apoia sempre em atos simbólicos (FERRY, 1991, p. 169). É necessário, pois, uma relação simétrica em os sujeitos, o que representa uma descentralização da compreensão de mundo. Nesse sentido, a singularidade do sujeito aparece nas referências pronominais, isto é, a todas as formas pronominais (singular e plural).

Por isso, o processo interativo está ligado à socialização dos sujeitos. Nesse jogo de conceitos, o sujeito não é mais subsumido pelo universalismo ou, então, embutido em um transcendentalismo abstrato; mas ele é fruto de um tratamento pronominal na voz ativa. Em outras palavras, o agir comunicativo salienta que a interação entre os sujeitos está, diretamente relacionada, com a forma como os pronomes pessoais são utilizados, no horizonte de experiência compartilhada. Por isso, em qualquer manifestação, há, pois, um pronome pessoal em um contexto de experiências. Essa experiência se vincula também ao reconhecimento concernente ao uso dos diferentes pronomes pessoais, sem que haja supremacia ou um "certo" desprezo ou diminuição de nenhum deles. Trata-se, pois, de uma arquitetura pronominal ou de uma gramática comunicativa na forma de uma equidade ou, talvez, de simetria entre todos os pronomes pessoais em consonância com a utilização dos pronomes verbais.

## A comunidade comunicativa de sujeitos pronominais

A gramática do sujeito pronominal presume uma comunidade de sujeitos identificados através de um pronome pessoal na voz ativa. Por um lado, a exigência de uma equidade entre os pronomes pessoais (singular e plural) é, por si mesma, uma condição para o reconhecimento para certificar-se *quem* são os sujeitos da ação. Por outro, essa consideração evita que nenhum dos pronomes pessoais prenuncie um significado ou represente o indício de ser, presumivelmente, neutro, isto é, indefinido e, portanto, alheio. Em casos mais extremos, o uso da terceira pessoa (singular ou plural) poderia, inclusive, remeter a um sujeito indesejado. A especificação de adjetivos a indivíduos reconhecimentos como *ninguéns* começa com a designação de simples andarilhos, pobres, marginalizados do sistema, prófugos, refugiados, clandestinos, indocumentados, escravos, deportados e, inclusive, chega ao nível de terroristas e antissociais.

Por isso, o núcleo da gramática pronominal do sujeito não condiz a uma simples questão gramatical, isto é, de suas unidades, categorias, relações e funções sintáticas. A teoria do agir comunicativo presume que as exigências de reconhecimento e a preceituação de justiça garantam um tratamento equitativo a todas as pessoas pronominais. Essa gramática pronominal exige, pois, a garantia do reconhecimento comunicativo a todos os sujeitos pronominais enquanto coautores. Então, essa experiência prática está ligada à alternância de papéis, um processo no qual os sujeitos asseguram a distinção pronominal entre pronomes, tempos e formas verbais, sem que haja uma separação entre o pronome pessoal e o verbo.

Então, frente à astúcia da razão em administrar a "submissão do indivíduo à universalidade" (HABERMAS, 1991, p. 188) e, ao mesmo tempo, de uma consciência transcendental, a perspectiva pós-metafísica oferece outra arquitetura para os sujeitos coautores. Daí, então, a exigência de todo ato ilocucionário em presumir o significado do "eu" na sua forma performativa. Essa alternativa nos leva ao capítulo oito (8) do livro *Pensamento Pós-Metafísico: Individuação através da socialização* (HABERMAS, 1990, p. 183 ss). Não é o único texto, pois também os livros *Escritos sobre moralidade e eticidade* (1991), *Textos e contextos* (2001), entre outros, salientam essa performatividade do sujeito coautor. No fundo, eu penso que a obra de Habermas, como um todo, realça essa perspectiva pós-metafísica, o que permite não só salientar "o processo de emancipação" do sujeito das coerções de um espírito universal e do transcendentalismo convencional, mas também – e principalmente – desenhar uma gramática do sujeito pronominal para a teoria do agir comunicativo.

Então, se admitirmos que a teoria do agir comunicativo apresenta um consistente núcleo teórico, então, não há como relegar sua contribuição para a filosofia prática, em um contexto público, no qual há – como diz Ferry – uma coparticipação de todos. Como já foi salientado, o tomar parte da comunidade de comunicação implica na coautoria de todos os sujeitos. Nesse caso, a liberdade criativa deixaria de ser um aspecto estético, para tornar-se um elemento motivador e incitador do diálogo interativo.

A gramática pronominal está vinculada a dois aspectos fundamentais. Por um lado, a retomada do processo de individuação e, por outro, o reconhecimento do papel auferido a cada um dos pronomes pessoais. Tanto no primeiro como no

segundo aspecto a *ratio essendi* deixa lugar aos pressupostos pragmático-fenomenológicos da linguagem. A coautoria salienta que o sujeito apresenta uma liberdade relativamente autônoma, na medida em que reconhece, sustenta e se empenha pela inter-relação com os demais seres (humanos e não humanos). Essa transformação indica, pois, uma nova gramática da compreensão.

Por isso, a experiência intercomunicativa presume as circunstancialidades da realidade. Ela é um fato ligado à convivência, cujas relações são estabelecidas entre sujeitos pronominais. A gramática da diferenciação verbal acompanha os tempos, os pronomes, os modos e a voz do sujeito frente aos demais sujeitos coautores. Não se trata, pois, de uma questão meramente técnica, pois a consideração pronominal evidencia, diretamente, os sujeitos da fala. Por isso, a pretensão de validade de um enunciado ou de qualquer ato de fala se relaciona sempre a um pronome pessoal presente, participante e participativo, pois, além de dar a conhecer as justificativas às demandas apresentadas, ele pode também exigir, dos demais, justificativas frente ao que é proposto. O reconhecimento desse sujeito coautor está ligado, pois, a um sujeito pronominal, reconhecido como um *alguém*, isto é, um sujeito na voz ativa.

A fonte de inspiração vem de George H. Mead, cuja frase famosa diz: "somos o que somos graças a nossa relação com os outros." (MEAD, 1999, p. 381). Ou seja, a individuação do sujeito está relacionada com a socialização. Para Mead, tanto o conteúdo (que corresponderia aos impulsos primitivos – ou de sobrevivência), quanto o aspecto formal estão ligados a uma "meta social", o que significa, em outras palavras, que a teoria social deve dar conta da origem, do desenvolvimento, da natureza e da estrutura das pessoas (MEAD, 1999, p. 381). A obra *Espírito, Pessoa e Sociedade*, no seu final – edição espanhola – apresenta alguns ensaios complementares; e um deles tem como título "Fragmentos sobre ética". Nele, Mead indica 13 pontos, onde delinea o "entrelaçamento entre individuação e socialização." (HABERMAS, 1991, p. 210).

Segundo Habermas, a comunicação linguística de Mead ressalta dois aspectos: "a integração social dos indivíduos que agem visando a um fim e à socialização de sujeitos capazes de ação." (2012, II, p. 10). Há, pois, uma mudança que, de acordo com Habermas, introduz a noção de racionalidade comunicativa, ponto de partida fundamental para a interação linguística e, de modo especial, "a normatização de expectativas de comportamento e a formação da identidade de sujeitos capazes de ação." (2012, II, p. 1).

Há, em Habermas, uma constante alusão à tese a respeito de Mead. Ela aparece tanto em *Teoria do Agir Comunicativo* como em *Pensamento Pós-Metafísico*. Sem entrar em detalhes, apenas deseja-se ressaltar a noção da importância da psicologia social de Mead na configuração de um sujeito social e da socialização, bem como na questão das expectativas de comportamento e na identidade dos sujeitos capazes de ação. Esses são os aspectos que Habermas reconhece e – em boa medida – inclui na racionalidade comunicativa.

O presente texto tem como foco a gramática do sujeito pronominal. Na verdade, a pretensão é salientar a questão pronominal relativa à utilização dos pronomes pessoais na linha da intersubjetividade comunicativa, de modo que o reconhecimento dos sujeitos coautores seja equânime entre todos os pronomes. Nesse sentido, o "entrelaçamento de horizontes" não adite sujeitos estranhos, pois a

compreensão coloca frente a frente a perspectiva do “eles” com a “nossa” e a “deles” (HABERMAS, 1991, p. 174). Em outras palavras, a interação requer uma equidade entre os três pronomes pessoais.

Em relação a isso, Habermas admite a importância de Mead. Por sua vez, a crítica de Habermas a Mead concerne ao fato de que a autodeterminação e a autorrealização dependerem exclusivamente dos indivíduos. O problema é que, para Mead, a autonomia do sujeito e o comportamento individual estão ligados a padrões culturais e institucionalmente definidos. De novo, então, a existência de uma espécie de coerção, isto é uma sobrecarga, cuja exoneração levaria o indivíduo a um “espaço de solidão e de liberdade” (HABERMAS, 1991, p. 210). O fato de pensar a identidade enquanto “constituída socialmente” exige condições previamente determinadas, o que acaba, em última instância, sobrecarregando o indivíduo. Assim, a “individualização social sob o ângulo da individuação progressiva” exige uma profunda autocompreensão do próprio ator de forma progressiva e sistemática.

O que Habermas contesta é, exatamente, essa linearidade entre o “aspecto funcional do sistema social” e a “des-traditionalização do mundo da vida” (HABERMAS, 1991, p. 210). Ou seja, não há como amarrar o “entrelaçamento entre individuação e socialização” com a cultura de um sistema social e com as mudanças sociais que vão ocorrendo no decorrer do tempo. Caso isso não fosse possível, não haveria a possibilidade de romper com as tradições sociais e responder às novas situações de vida (na sua multiplicidade e conflitividade). Enfim, o engessamento seria tal que não haveria como alargar os espaços de decisões. Ao tempo que impede criar novas experiências a serem compartilhadas.

Sem entrar em mais detalhes, Mead apresenta uma forma de vincular o sujeito à sociedade. O esforço se alicerça em uma perspectiva moral, evitando, assim, o estabelecimento de uma teoria social. O mérito está na ligação da “realização própria dos indivíduos” à esfera social (HABERMAS, 1991, p. 231). E isso desloca o centro gravitacional e o reloca em outra dimensão. Ou seja, há uma descentralização do processo constitutivo do sujeito monopolizador e monológico e estabelece um novo círculo dialógico, isto é, reforça a comunidade de comunicação, sem, com isso, reconhecer o sujeito como subsumido ou alienado. Assim, o reconhecimento deriva da equidade entre todos. Esse aspecto indica, pois, ao rompimento do binômio *ego versus alter*, aspecto que será tratado na continuação.

## A exigência equitativa no reconhecimento dos sujeitos pronominais

A teoria do agir comunicativo habermasiana concede um caráter significativo à força ilocucionária dos atos de fala. Com isso, o sujeito assume um papel primordial na interação. A relação intersubjetiva intercala *ego* e *alter ego*. Essa é a configuração básica da intersubjetividade comunicacional. Ao traduzir esse aspecto binomial, há sempre uma referência ao desenvolvimento de uma interação entre dois sujeitos, cujo eixo gravitacional se encontra no diálogo entre *ego* e *alter ego*. No caso, faz-se necessário entender que *ego* está frente a frente com *alter ego*, ou seja, a locução pronominal é *alter ego* – e não simplesmente *ego*. Caso contrário, prevalece uma noção de alteridade indefinida.

Evidentemente, esse desenho binominal *ego versus alter ego* é deficitária. Há mais pronomes pessoais. Jean Marc Ferry se aproveita da noção de mundo da vida para ampliar esse equacionamento e esculpir uma nova composição. Ferry amplia a noção de três mundos de forma a não se limitar à “validade constatativa (correspondente à ciência), a validade normativa (concernente à ética) e à verdade expressiva (relacionada à estética)” (1991, p. 187). O autor francês fala de “quatro dimensões: a ou as três referências relacionadas ao *ele*, ao *tu* e ao *eu*, mas que, no final, se desloca a um *nós*”. E para arrematar, Ferry afirma: “somente nesta área, podemos saber por que uma proposição é verdadeira, no sentido pleno de uma relevância ontológica das nossas relações com o mundo entre os próprios sujeitos” (FERRY, 1991, p. 187).

Em primeiro lugar, o pensamento pós-metafísico não é, necessariamente, anti-ontológico. Embora isso possa parecer controverso, creio que estaríamos falando da “unidade da razão na multiplicidade de suas vozes” (HABERMAS, 1990, p. 151 ss). Nesse sentido, o próprio Habermas se encarrega de explicar, quando afirma:

Minhas considerações caminham em direção à tese de que a unidade da razão não pode ser percebida a não ser na multiplicidade de suas vozes, como sendo uma possibilidade que se dá, em princípio, na forma de uma passagem ocasional, porém, compreensível, de uma linguagem para a outra. (HABERMAS, 1990, p. 153).

Como é possível perceber, a razão e suas multiplicidades de vozes salienta – como o próprio Habermas diz – uma “estrutura simétrica de perspectivas” (HABERMAS, 1990, p. 153). O que vai acontecer é que essa exigência simétrica de perspectivas recebe um tratamento diferenciado cujo caminho conduz à perspectiva linguística. No caso, a questão do sujeito responde a forma performativa de qualquer ato de fala. Aí, então, a acusação de ontologismo cai por terra, porque, de acordo com o próprio Habermas, somente as falsas noções de universalismo e de particularismo ou, então, a “repressão da multiplicidade das vozes” pode negar o “consenso mediado linguisticamente”. Por isso, a “unidade transitória” não pode permanecer restrita a recusa “do uno e ao elogio do outro”. (HABERMAS, 1990, p. 177). É necessário, pois, romper com essa dicotomia, pois a equidade é a forma de conceder lugar à multiplicidade das vozes.

Considerando a gramática do sujeito pronominal, o caminho não é bidimensional, mas quadridimensional (FERRY, 1991, p. 187). Esse é o desenho inspirado por Jean Marc Ferry. Não se trata de uma questão ontológica – ainda que possa haver sinais indicativos com aspectos ontológicos –, mas da composição equitativa dos pronomes pessoais, aspecto relacionado à gramática do sujeito pronominal, utilizando, para isso, quatro pronomes pessoais.

Nesse sentido, a interação entre os sujeitos coautores pressupõe a alternância de papéis entre sujeitos pronominais das diferentes pessoas. Daí, então, a consideração equitativa de todos os pronomes pessoais. Essa perspectiva reequilibra as distorções no tratamento pessoal, cujo reconhecimento pode ocorrer, mas não de forma a garantir seu pleno *status* de sujeito coautor.

Às vezes, embora reconhecido, a consideração que se tem, a respeito da terceira pessoa, indica uma alteridade em estado de alheamento, isto é, alguém sem ou que perdeu o juízo, arrebatado por outros interesses; enfim, sem consciência e,

portanto, submetido a domínios de outros e sem direitos. Nesse caso, a noção de *alter ego* evidencia um sujeito completamente distante, isto é, sem qualquer relação direta com o ato de fala e do contexto da ação. Com afirma Habermas, “a projeção da comunidade ilimitada de comunicação” não se articula desde um “Eu penso” e, por isso, o eu é tomado como “expressão auto-referencial” (1990, p. 222). Continuando com o próprio Habermas, “o papel gramatical desempenhado pela primeira pessoa” merece outra discussão, pois confere ao sujeito coautor. Porém, esse papel não é preenchido enquanto o sujeito é a autorreferência ou, então, quando esse ato de fala representa a auto-representação de si mesmo (HABERMAS, 1990, p. 223).

O aspecto performativo de qualquer ato de fala aufere outro significado ao eu e, em decorrência, aos demais pronomes pessoais. Assim, o falante, ao realizar um ato ilocucionário, se defronta aos demais sujeitos. Habermas, no entanto, insiste no aspecto binominal *ego* e *alter ego*. No entanto, seria importante trazer à mesa de discussão também os demais pronomes pessoais. Nesse sentido, o quadro proposto por Jean Marc Ferry é mais abrangentes. Ao se tratar de verdade, da justiça e da significação individual, o “centro gravitacional está sempre no nós” (FERRY, 1991, p. 190), embora com a multiplicidade de outros pronomes pessoais. Esse nós representa, pois, a comunidade sempre ilimitada de comunicação, na qual os sujeitos coautores desempenham suas performatividades e agem em vistas ao agir comunicativo.

Somente no compartilhamento, pode haver a garantia de que as pretensões de validade sejam reconhecidas por todos. No caso, impossibilitaria qualquer demanda por subordinação ou de subserviência de alguém. Por isso, a atitude realizativa requer a “presença de um sujeito gramatical” que, geralmente, cuja função se realiza por um sujeito coautor, reconhecido e identificado através de um “prônimo pessoal no caso nominativo.” (FERRY, 1991, p. 190).

Por isso, as exigências pragmático-comunicativas presumem um tratamento pronominal a qualquer sujeito coautor, de forma a reconhecer tanto o falante (singular ou plural = *eu* ou *nós*) quanto o ouvinte (singular ou plural = *tu* ou *vós*), auferindo-lhe o status de sujeito coautor. Mesmo que o sujeito pronominal seja utilizado nas terceiras pessoas, há sempre uma comunidade de comunicação na qual o nós não isenta ou rechaça qualquer ato de fala, mesmo quando o pronome pessoal seja na terceira pessoa (singular ou plural).

Daí, então, o primeiro ponto a ser considerado: *quem* são os sujeitos. Outra vez, vou transcrever o que já foi mencionado, pois Ricoeur oferece um esquema para entender essa dinâmica do reconhecimento do sujeito pronominal. Seu desenho parte de três perguntas: o *que*; *quem*; e *como*. Segundo Ricoeur, colocar a pergunta o *que* antes da pergunta *quem* implica na prevalência do “[...] lado ego-lógico da experiência”, traduzindo-se em um impasse (RICOEUR, 2007, p. 23). Para ele, o agir delineado em termos do binômio *ego-alter ego* coloca em evidência o reconhecimento do outro a partir de um conceito analógico. Por isso, o reconhecimento a partir da primeira pessoa do singular pode presumir, no final de tudo, em uma compreensão analógica, às vezes até mesmo como um *corpo estranho*, desenhado desde um sujeito que se apresenta como ator fundamental. Entre outras coisas, essa centralidade no binômio *ego-alter ego* pode inibir o reconhecimento de um terceiro envolvi do enquanto sujeito coautor.

Em vista disso, Ricoeur (2007) inverte a ordem dos pronomes, de modo que o pronome relativo *quem* reforce a referência a concernidos pela ação de fala. Na gramática do agir comunicativo, o pronome assume tanto a função interrogativa quanto relacional. Nos dois casos, há uma referência cujo atributo é a voz ativa e, portanto, nunca é indefinido ou incerto. Nesse sentido, a inversão de Ricoeur indica o *quem* como prévio ao *que*. Assim, em qualquer ato de fala, a ideia de sujeito é preliminar à compreensão do significado, aspecto também importante a teoria do reconhecimento, porque antes da fala há sempre um sujeito pronominal.

## O efeito ELIZA, ou seja, uma comunicação sem sujeitos

A gramática pronominal supõe um delineamento mais específico em relação ao uso dos pronomes pessoais e dos efeitos na inter-relação entre os sujeitos. Na verdade, no processo de entendimento, os significados dependem de *quem* e *como* os pronomes pessoais são utilizados e, ainda, ao *que* tal ato de fala presume. No caso, o *que* não indica um conceito, mas as consequências possíveis da ação. Esse seria a configuração da teoria do agir comunicativo em termos de uma gramática pronominal. Sem essa condição, não há possibilidades de “reconstruir universalmente as regras universais e os pressupostos necessários dos atos de fala orientados ao entendimento.” (HABERMAS, 1987, I, p. 193).

Para superar os efeitos perversos do uso pronominal, é preciso entender, em primeiro lugar, os riscos relacionados à compreensão e ao papel relacionado ao uso do pronome pessoal relacionado a terceira pessoa (singular e plural). O segundo aspecto salientam o aspecto nocivo da artificialidade de uma linguagem artificial, como é o caso do programa informático ELIZA.

O primeiro ponto diz respeito ao uso do pronome pessoal na terceira pessoa. A condição, de certa forma, apriorística confere a cada sujeito pronominal a qualidade de coautor, pois ninguém pode ser considerado como *alguém* alheatório, neutro ou descomprometido. Não poucas vezes, o tratamento pronominal “ele” (singular ou plural) é concernente a um sujeito na voz passiva e, por isso, impessoal, presumivelmente neutro, descomprometido ou ausente. Em casos mais extremos, o ele indica também aqueles que são indesejados ou, inclusive, antissociais. O pronome pessoal da terceira pessoa também condiz com a denotação de “sujeito” dependente, subalterno ou com a dignidade maculada.

Aqui está o problema da teoria do agir comunicativo. A pretensão do agir comunicativo presume uma relação comunicativa e, para isso, seus pressupostos devem garantir um tratamento equitativo ou a equanimidade a todos os pronomes pessoais.

A equidade em relação a todos os pronomes pessoais está ligada a uma arquitetura gramatical em que não há um nivelamento diferenciado entre os três pronomes pessoais. Mesmo na terceira pessoa, “o *ele* neutro é um sujeito que reconhecemos na interação.” (FERRY, 1991, p. 9). Por isso, a terceira pessoa não condiz com um tratamento na voz passiva, seja em relação aos humanos, mas também aos não humanos e a qualquer elemento da natureza. O aspecto ilocucionário do agir comunicativo salienta, pois, o uso equitativo dos três pronomes pessoais, de modo a impedir qualquer forma de segregação ou de menosprezo. No

caso, o hiato ocorre na utilização das terceiras pessoas que, às vezes, denota um sujeito reconhecido como um *alguém*.

Às vezes, esse *alguém* equivale a um *ninguém*, isto é, um sujeito cuja identidade não é especificada ou reconhecida enquanto coautor participante. No uso e no tratamento da terceira pessoa, é forte o risco de isolar o sujeito e classificá-lo como *alguém* sem compromisso ou isento de qualquer obrigação. Em casos mais extremos, esse *alguém* está ligado a grupos (culturais, étnicos, sociais, políticos etc.) vistos como perigosos e temerários e, por isso, devem ser classificados como indesejados ou, até mesmo, como sujeitos antissociais.

Então, se, por um lado, as relações de fala supõem uma “forma passiva” do tratamento pronominal e verbal, existe também a possibilidade de desqualificar e simplesmente denominar como *ele* ou *eles* para denotar um sujeito indefinido e passivo e, definido como *alguém* que, no fundo, é um *ninguém*. Deste modo, o reconhecimento e a consideração desses *ninguéns*, além de não participantes, ausentes, neutros, eles são classificados como portadores de patologias sociais e, em vista disso, são antissociais. Deste modo, eles podem ser execrados da convivência. No fundo, a forma de tratamento com pronome *indefinido* evidencia não apenas a indiferença, mas também o ódio, a discriminação e a violência. Mais uma vez, o rol de adjetivos concernentes aos *ninguéns* envolve os indesejados e/ou detestados, expatriados, imigrantes, subversivos, terroristas; enfim, os antissociais.

A esta altura, já é possível identificar o hiato intrínseco à própria ideia de agir comunicativo. O descompasso é inerente ao uso dos pronomes pessoais. Às vezes, no uso das terceiras pessoas, existe – implícita ou explicitamente – a referência a um sujeito passivo e indefinido e, portanto, alguém que é tratado como *ninguém*. A suposição de sujeito alheado fortalece a relação na qual um sujeito na voz ativa se defronta a outro sujeito na voz passiva. O domínio sobre o sujeito da voz passiva evidencia, então, uma relação que pode ser instrumental (segundo Habermas) e/ou de poder (de acordo com Rainer Forst).

Como foi salientado, a suposta passividade do sujeito na terceira pessoa tem também consequências no seio de uma interação mediada pela artificialidade das inovações tecnológicas. Não se trata de romper com a inovação tecnológica e das ferramentas que ela proporciona. Não há como negar a mudanças profundas das novas tecnologias, não apenas em relação à força física, mas também no cérebro das pessoas. A busca pela máxima velocidade, máxima eficiência e o máximo de rendimento alimentou um padrão mecanicista e, aos poucos, ele foi sendo aplicado a todas as atividades humanas. Em outras palavras, a mensuração e a otimização se apresentam como os fundamentos não apenas para a indústria e o comércio, mas também para a sociedade, cujo único fim é a “utopia da eficiência perfeita” (CARR, 2011, p. 184).

Nos últimos anos, com o crescente poder que os engenheiros informáticos e programadores de *software*, a dinâmica da vida pessoal e social passa a estar orientada por uma ética configurada para recolher, transmitir e manipular as informações e, em consequência, também as relações intersubjetivas. Em outras palavras, os “programadores pretendem encontrar o *método ótimo* – o algoritmo perfeito – para coordenar os movimentos mentais em relação a qualquer tarefa do conhecimento” (CARR, 2011, p. 184). Ao invés da interação, esse sistema promove

a competição egoística, no qual o nível de expectativas e as pretensões individuais estão sempre além da capacidade de realização.

Atualmente, as tecnologias da informação desencadearam um processo não só de controle, como também na orientação do agir, completamente, dependentes das informações *online*. Em boa medida, o meio de interação passou para o campo da inteligência artificial, horizonte no qual predomina “a ética geral da internet como meio.” (CARR, 2011, p. 193). Nesse processo de virtualização, o sistema informativo e interativo define como interlocutor válido a ELIZA. Assim, a intersubjetividade passaria a ser eminentemente virtual, substituindo a relação entre sujeitos coautores e transformando a interação a um jogo de simulação. Aos poucos, esse processo tecnológico vai colocando as pessoas muito mais dependentes das máquinas do que propriamente dos demais sujeitos. Deste modo, as experiências interativas não passam de conexões exclusivamente virtuais “através dos incorpóreos símbolos” de uma virtualidade dominada pelas máquinas. No final, o sistema virtual e virtualizado nos diz quando devemos “comer, trabalhar, dormir ou despertar.” (CARR, 2011, p. 253).

Por isso, a contrariedade concernente ao conceito de agir instrumental, tal como é apresentada por Habermas. Não estou afirmando que ele é inocente ou inconsequente na sua categorização. A minha tese está em afirmar que há algo prévio e, por isso mesmo, antecede e está imbuído na categorização de agir comunicativo e agir instrumental. Na verdade, essa catalogação presume um estudo especial à gramática do sujeito pronominal para, com isso, reconhecer *quem* são os sujeitos coautores e de *como* essa interação conforma uma relação interpessoal entre sujeitos ativos e participantes.

## Considerações finais: indicativos para aprofundamento

Em primeiro lugar, é importante salientar que a palavra *gramática* faz parte da linguagem filosófica. Talvez isso não seja tão significativo assim. Todavia, o seu uso pode contribuir para delinear um desenho no qual os pronomes pessoais sejam diretamente ligados aos sujeitos coautores. Nesse processo, a liberdade criativa deixaria de ser uma referência ao aspecto estético e criativo do artista individualizado, para ganhar corpo na coparticipação interativa na busca de princípios e, ao mesmo tempo, na definição de estilos de vida saudáveis. O importante é, então, compreender e garantir a equidade entre todos os pronomes pessoais. Ou seja, em uma comunidade de comunicação na qual não apenas o pronome da primeira e a segunda pessoa (singular e plural) tenham protagonismo – isto é, *ego* e *alter ego* –, mas que a terceira pessoa faça referência a um sujeito coautor na voz ativa. Essa perspectiva deveria convergir a um “nós”, horizonte no qual a comunidade de comunicação alcançaria um nível de reconhecimento, sem riscos de abandonar ou classificar *alguém* como *ninguém*.

Em segundo lugar, parece evidente que o aspecto pragmático-fenomenológico da linguagem rechaça a atitude neutra e imparcial, isto é, a gramática comunicacional não pode aceitar o modo, tempo e sujeito pronominal isolado e, portanto, na completa impessoalidade. O pretense alheamento caracteriza uma relação meramente objetual e, em razão disso, reforçando o aspecto instrumental do agir. Em compensação, o compartilhar da experiência comunicativa reivindica,

pois, uma gramática inter-relacional vinculados a uma validade discursiva (Ferry, 2004). A consideração a respeito de todos os pronomes pessoais “potencializa a experiência” interativa, ou seja, garante – de acordo com Ferry (1991) – a “potencialização da experiência” comunicativa entre sujeitos coautores.

A terceira consideração final é concernente à questão da autoapresentação dos sujeitos enquanto coautores e da receptividade dessa autoapresentação perante os demais. Na verdade, a interação não é um mecanicista, muito menos “instituição da identidade do eu” cujo “de reconhecimento recíproco é garantido apenas pela relação formal entre pessoas jurídicas.” (HABERMAS, 1997, p. 47). A autoapresentação do eu e, ainda, as preferências individuais estão vinculadas a uma rede de interações e de reconhecimentos livres do “núcleo intersubjetivo do eu.” (HABERMAS, 1990, p. 234).

Nesse sentido, é importante diferenciar uma lógica da representação de uma lógica da interação. Na autoapresentação de uns perante os outros, é possível o reconhecimento, mas nem sempre a interação. Como afirma Ferry, “eu percebo que meu interlocutor me conhece como diferente do que eu seja, ou seja, através de um discurso que foi produzido.” (FERRY, 1991, p. 164). Habermas também fala da “adaptação inteligente à realidade exterior”, isto é, de ego que “executa a tarefa do teste-de-realidade e da censura pulsional.” (1982, p. 259).

Nesse caso, me parece que essa autoapresentação deve levar em conta algo ligado a propriocepção. A propriocepção é inerente à percepção inconsciente do ponto de vista imediato, ou seja, uma espécie de sensibilidade capaz de receber os estímulos internos do corpo, mas que são traduzidos sem que o próprio sujeito se dê conta do que realmente ocorre. Ampliando o significado oriundo da fisiologia, é possível deduzir que há movimentos, interpretações e proposições relacionadas a autoapresentação do sujeito, mas que passam despercebidas ao próprio sujeito. Na verdade, a noção do sujeito, tanto em relação a si mesmo, quanto aos demais e, inclusive, no concernente às proposições de fala, carregam um determinado conteúdo imperceptível e, por isso, ultrapassa a noção do que é dito de si mesmo e em relação aos demais. Nesse caso, a perspectiva de um sujeito *lithos consciente* é apenas um dos elementos essenciais da autocertificação da autoapresentação de ego perante os demais.

Por fim, um último aspecto. A questão ainda permanece vinculado ao horizonte da antropocentralidade. Sem dúvida, esse é um dos pontos importantes. Mas continua em aberto o horizonte da ecologia. Para instigar alguns de nós, Georg Herbert Mead diz que a base da sociedade humana está constituída pelo “homem e os insetos” (1999, p. 249 ss). De certo modo, a consideração aos não humanos e a outros aspectos da natureza também é um tema que não pode ser rechaçado peremptoriamente. Como o tema é deveras controverso, isso necessitaria de um seminário à parte.

## Referências bibliográficas

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.  
CARR, N. *¿Qué está haciendo internet con nuestras mentes?* Superficiales. México: Taurus, 2011.

- DEMENCHONOK, E. "Forewoerd". In: \_\_\_\_\_. *Intercultural Dialogue. Search of Harmony in Diversity*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2014, p. IX-XV.
- DOMINGUE, I. *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*. São Paulo: Loyola, 1991.
- FERRY, J.-Marc. *Les puissances de l'expérience*. Tomo I: Le sujet et le verbe. Paris: Les Éditions du Cerf, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Les grammaires de l'intelligence*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2004.
- FORST, Rainer. *Justificación y Crítica*. Perspectivas de una teoría crítica de la política. 1 reimp., Buenos Aires: Katz Editores, 2015.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012 (Volumes I e II).
- HABERMAS, J. *Escritos sobre moralidad y eticidad*. Barcelona: Buenos Aires; México: Paidós, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Ciencia y técnica como "ideología"*. 7 ed. Madrid: Teconos, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Textos y contextos*. Barcelona: Ariel, 2001.
- MEAD, G. H. *Espíritu, persona y sociedad*. Barcelona: Buenos Aires; México: Paidós, 1999.
- ONIDA, P. P. Macellazione rituale e statuso giuridico dell'anilale non umano. *Revista Lares*, Firenze, ano 74, n. 1, jan-abr., 2008, p. 147-177.
- PIZZI, J. Las bases de la interculturalidad desde el Oikos-Cosmos-Logos. In: ROCCHIETTI, A. M.; ZAVALA, G. P.; PIZZI, J. *Las bases histórico-políticas de la interculturalidad*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Precolobinas, 2011, p. 25-34.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- RORTY, R. *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa: Editora Presença, 1992.
- TAYLOR, F. W. *Princípios da administração científica*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- WITTGENSTEIN, L. *Conferencia sobre ética*. 3ª reimp. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 1997.

---

### Sobre os autores

**Jovino Pizzi** - Doutor em Filosofia pela UJI (Espanha), professor da Universidade Federal de Pelotas, programas de pós-graduação em filosofia e em educação. Membro Gt Ética e Cidadania/ANPOF. E-mail: jovino.piz@gmail.com

**Delamar José Volpato Dutra** - Doutor em filosofia pela UFRGS, professor e pesquisador na Universidade Federal de Florianópolis, programa de pós-graduação em filosofia (UFSC). E-mail: djvdutra@yahoo.com.br

Recebido em: nov/2017      Aprovado em: abr/2018

### Como referenciar este artigo

PIZZI, Jovino; DUTRA, Delamar José Volpato. O agir comunicativo e a gramática do sujeito pronominal: o reconhecimento intersubjetivo equitativo. *Argumentos*, Fortaleza, ano10, n. 19, p. 20-33, jan./jun. 2018.